



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT 5 – Política e Economia da Informação

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES FOR PUBLIC LIBRARIES IN BRAZIL

Eduardo Santos Rocha - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dalgiza Andrade Oliveira - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: parte-se de uma compreensão acerca da importância da produção científica advinda da literatura científica em Ciência da Informação sobre a atuação do Poder Público, no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras. Nesse sentido, o estudo teve como objetivo realizar o mapeamento da comunicação científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras. O estudo se limitou à análise bibliométrica das publicações científicas disponíveis na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Library and Information Science Abstracts (LISA), Library and Information Science Abstracts (LISTA), Base PERI e Scientific Electronic Library Online (Scielo). As publicações foram classificadas por categorias temáticas pré-estabelecidas e identificadas por base de dados. Também foram agrupadas pelo ano de publicação. Após a análise, observou-se uma reduzida produção científica sobre as políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras o que permite concluir que esta temática vem sendo tratada com parcimônia na agenda de pesquisa brasileira na área, sobretudo, pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Palavras-Chave: biblioteca pública; políticas públicas; comunicação científica.

Abstract: it starts explaining the importance of the scientific production that arose from the scientific literature in Information Science about the role of the Public Power activity regarding the development of The Brazilian Public Libraries. The study focused in mapping scientific communication on public policies encompass the ambit of Brazilian Public Libraries. The study was limited to bibliometric analysis of scientific publications available in the Database of Journals in Information Science (BRAPCI), Library and Information Science Abstracts (LISA), Library and Information Science Abstracts (LISTA), PERI Base and Scientific Electronic Library Online (Scielo). Publications were classified by pre-established thematic categories and identified by database. They were also grouped by year of publication. After the analysis, there was a reduced scientific production on public policies within the ambit of Brazilian Public Libraries, which allows us to conclude that this theme has been treated sparingly in the Brazilian research agenda in the area, especially by the Postgraduate Programs in Information Science in Brazil.

Keywords: public library; public policies; scientific communication.

1 INTRODUÇÃO

Parte-se do entendimento de que a produção científica sobre as políticas públicas no âmbito das bibliotecas públicas brasileiras pode se configurar como uma contribuição cada vez mais significativa e necessária para uma melhor compreensão sobre a atuação do Poder Público na condição de mantenedor e responsável pela criação e desenvolvimento desses equipamentos culturais.

Nesse sentido, os estudos realizados no âmbito da temática das bibliotecas públicas representam um importante esforço para o desenvolvimento do caráter social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (CI), uma vez que esses equipamentos culturais lidam diretamente com a comunidade na qual estão inseridos. Esses, buscam atender, na medida dos recursos investimentos de recursos públicos, às demandas e necessidades de informação e de leitura da população local.

Saracevic (1996) esclarece que a CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. No entanto, pondera que a CI vem balançando no que diz respeito à ênfase de seus estudos, no que se refere à relação entre a tecnologia e o homem, ou seja, o caráter tecnológico e o caráter social da CI. Dessa forma,

[...] a relação homem-tecnologia é o ponto fraco, a questão não resolvida filosófica, científica ou profissionalmente na CI, assim como também o é em outros campos fortemente envolvidos com a tecnologia. A CI tem oscilado entre os dois extremos – humano e tecnológico – sem se definir claramente por qualquer deles ou estabelecer um equilíbrio confortável (SARACEVIC, 1996, p. 55).

Nessa direção, “embora exista ultimamente uma clara oscilação do pêndulo em direção ao lado humano da equação, o extremo tecnológico continua sendo a amarra que dirige a inclinação do campo em sua totalidade” (SARACEVIC, 1996, p. 55).

A Biblioteca Pública vem se configurando cada vez mais como um espaço propício para o desenvolvimento de políticas públicas na área cultural, reforçando, portanto, o caráter social da Biblioteconomia e da CI. Ela é reconhecida como espaço estratégico de inclusão dentro das políticas públicas de cultura de Estado no país (RAMOS 2017).

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo geral mapear a produção científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das bibliotecas públicas a partir da

promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, até o ano de 2018. Os objetivos específicos desdobraram-se na identificação da produção científica sobre a referida temática considerando a sua concentração por base de dados, por período de publicação e categorias temáticas.

2 DESENVOLVIMENTO

As Políticas públicas são entendidas como as atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos. Elas são importantes do ponto de vista social, uma vez que proporcionam a alocação de recursos públicos em atividades essenciais à vida dos indivíduos e da sociedade.

De acordo com Silva (2015, p. 12), “as políticas públicas podem ser entendidas como as respostas produzidas pelo Estado às demandas a ele dirigidas pela sociedade”. Para Goldin (2003, p. 163) “uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação”.

A primeira política de Estado voltada para o fortalecimento das Bibliotecas Públicas brasileiras que se tem notícia foi o Instituto Nacional do Livro (INL). Barroso (1973, p. 45) definiu o INL como sendo um “Órgão do Ministério da Educação e Cultura, criado pelo Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937, tendo, entre outras atribuições, a função de incentivar a organização e auxiliar na manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional”.

Entretanto, Milanesi (2003) reconhece que, embora o INL tenha sido o primeiro programa brasileiro de incentivo às bibliotecas públicas, seu caráter era autoritário, conforme se verifica,

[...] em 1937, com o Estado Novo, nasceu o primeiro programa brasileiro de incentivo às bibliotecas públicas. Parece paradoxal que um regime político claramente marcado pelo cerceamento do livre acesso às informações, bem como pelo controle da manifestação do pensamento, pudesse criar um programa de fortalecimento das bibliotecas públicas (MILANESI, 2003, p. 118).

Neste contexto, o INL configurou-se como uma política voltada para a doação de livros às bibliotecas públicas, cujos títulos eram escolhidos de acordo com a visão dos responsáveis que ditavam as normas a serem seguidas pelo programa, conforme verifica-se,

[...] a doação caracterizava-se como atividade central e, por vezes, a única. Escolher livros, empacotá-los e fazer a remessa para milhares de bibliotecas demonstravam, na prática, o caráter autoritário dessa ação, uma vez que as

idades ou grupos sociais não podiam de forma alguma participar do processo, pois recebiam o saber selecionado e fechado de acordo com as normas daqueles que ditavam os procedimentos da política de incentivo às bibliotecas (MILANESI, 2003, p. 118).

Paiva (2008, p. 29) destaca que “a ideologia do acervo em que o Estado demonstrava sua concepção de biblioteca guardiã da cultura, era de divulgar as ideias e autores escolhidos pelo governo para formar hábitos ‘adequados’ na população”. Enfatiza que esta prática visava à formação do acervo das bibliotecas públicas de acordo com o padrão de um grupo de intelectuais ligados ao Instituto, ressaltando que a atividade do INL de distribuir livros configurava-se como uma política que priorizava o interesse das editoras, conforme verificase,

[...] as bibliotecas públicas, no fim das contas, estavam sobrevivendo de doações particulares. Por outro lado, a indústria do livro necessitava de bibliotecas para se expandir e a resposta ao problema era que o Estado criasse e mantivesse funcionando uma biblioteca pública em cada município. As consequências previstas pelo Diagnóstico eram que a criação de bibliotecas estimularia e sustentaria a produção editorial, baratearia o livro, aumentaria o consumo de papel e favoreceria novos escritores. Portanto, tratava-se, mais uma vez, de uma política do livro, e não da biblioteca, visando estimular a indústria editorial (PAIVA, 2008, P. 33).

Entretanto, entende-se que a contribuição do INL para o desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras foi inegável. Paiva (2008, p. 30) destaca tais avanços e esclarece que “do ponto de vista quantitativo, também há que se reconhecer os resultados: de 78 bibliotecas públicas registradas em 1938, houve um salto para 332 em 1945. Em oito anos, foram distribuídos mais de 259 mil volumes, cerca de 781 por biblioteca.”

Após uma lacuna de 49 anos desde a criação do INL, em 1986, a Lei n. 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, assumiu a função de incentivar o desenvolvimento cultural no Brasil. Nesse período o Governo Federal estabeleceu parcerias com instituições privadas, como foi, por exemplo, o caso da Fundação Roberto Marinho e a Indústria de Papel Ripasa (OLIVEIRA, 1994).

A partir dessas parcerias, e com a utilização de recursos provenientes da Lei Sarney, o INL promoveu o projeto “Viagem da Leitura”. Oliveira (1994) esclarece que “o projeto tinha por objetivo despertar o hábito da leitura entre crianças e jovens, e envolveu a veiculação de campanha de incentivo à leitura, além da distribuição de 186.540 livros para 3.104 bibliotecas conveniadas”.

No ano seguinte ao surgimento da Lei Sarney foi criada a Fundação Nacional Pró-Leitura a partir da Lei 7.624, de 05 de novembro de 1987. Pelos preceitos da referida legislação a Fundação tinha como finalidade promover o desenvolvimento e a difusão do livro, estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas, difundir e estimular o hábito da leitura, manter e incentivar cursos de Biblioteconomia, de técnicas de encadernações e proteção de livros, receber o Depósito Legal e promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas (BRASIL, 1987).

No entanto, a Fundação possuía caráter limitado, uma vez que não apresentou inovações em relação ao antigo INL, pois “mesmo com tantas mudanças políticas e tantas alterações na sociedade a partir das transformações tecnológicas, o padrão básico dos programas não escapou da ideia persistente de distribuir livros” (MILANESI, 2003, p. 120).

Ainda no que se refere à implementação de políticas públicas federais voltadas para as Biblioteca Públicas, a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), por meio do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992, pode ser considerado um marco histórico. Dentre os objetivos do SNBP, o incentivo à implementação de serviços bibliotecários em todo o território nacional, a promoção da melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, o desenvolvimento de atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, a atualização do cadastramento de todas as bibliotecas públicas brasileiras e o assessoramento técnico das bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais são entendidas como ações de grande relevância para a manutenção e desenvolvimento das bibliotecas de acesso público (BRASIL, 1992).

Além disso, o SNBP vem firmando convênios com entidades culturais, visando à promoção das bibliotecas públicas. Uma dessas ações foi o Edital de Bibliotecas Digitais, criado em 2018, cujo objetivo foi destinar recursos para projetos que visaram a criação do conceito de Bibliotecas Digitais em Bibliotecas Públicas Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal, no país.

Outra importante política pública voltada para as Bibliotecas Públicas no Brasil foi o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), criado pelo Governo Federal em 1992. De acordo com Machado (2010, p. 100), “o PROLER surgiu como uma ação do Ministério da Cultura voltada à formação de leitores e ao oferecer formação para bibliotecários de Bibliotecas Públicas, contribuiu indiretamente para apoiar essa instituição”. O PROLER foi

importante no sentido de estabelecer uma maior integração entre as secretarias municipais e estaduais de cultura e educação (MACHADO, 2010).

Em 1993, ano seguinte à criação do SNBP e do PROLER, foi implantado o Programa Uma Biblioteca em Cada Município. O programa tinha como objetivo distribuir estantes, livros e oferecer capacitação para o gerenciamento dessas bibliotecas. Um típico exemplo de política elaborada no estilo tradicional, ou seja, universalista, centralizada e tecnocrática (MACHADO, 2010).

Após a instituição do Programa Uma Biblioteca em Cada Município, em 1993, houve uma década de ausência de políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, sendo que somente em 2003, elas voltaram a figurar na agenda do Governo Federal, com a criação da Lei do Livro, por meio do decreto presidencial nº 10.753, cujo programa apresentou como principal diretriz assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, considerando o livro como o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento (BRASIL, 2003).

Também no ano de 2003 o Ministério da Reforma Agrária criou o Programa Arca das Letras, com o objetivo de instituir Bibliotecas Públicas na zona rural. Para Machado (2010, p. 101), o Programa também tinha por objetivo “formar agentes de leitura locais para atuar nesses espaços”. O projeto previa ainda “o envio de uma caixa-estante, fabricada por sentenciados de penitenciárias estaduais, com uma coleção de 230 livros” (MACHADO, 2010, p. 101).

No ano seguinte ao surgimento da Lei do Livro foi criado por iniciativa do Governo Federal o “Programa Livro Aberto”. Ramos (2017) esclarece que o programa perdurou até 2011 com o intuito de ampliar o número de bibliotecas públicas no país e modernizar as já existentes. Durante seu período de vigência foram criadas 1.075 novas bibliotecas e modernizadas 682.

Em 2005, foi lançado por iniciativa do Governo Federal o Programa Fome de Livro, com a missão de construir uma política pública nacional para o livro, a leitura e a Biblioteca Pública no Brasil. O Programa surgiu como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Estado, empresas e sociedade civil organizada (MACHADO, 2010).

Também no ano de 2005 o Governo Federal criou o Prêmio VIVALEITURA com o objetivo de dar visibilidade a tudo que se faz em benefício da democratização da leitura com

ênfase e destaque às atividades realizadas pelas Bibliotecas Públicas, em diferentes regiões do país (RÖSING, 2005).

Outra importante ação do Governo Federal em prol das bibliotecas públicas brasileiras, entende-se, foi o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), aprovado pelo Decreto Presidencial nº 7.559, de 01 de setembro de 2011. O Plano foi construído com ampla participação social com o objetivo de coletar sugestões e promover debates em torno dos temas livro, leitura, literatura e bibliotecas, além de promover discussões sobre as cadeias produtivas e criativas do livro (BRASIL, 2011).

Passados sete anos desde a instituição do PNLL, no ano de 2018 foi decretada a Lei nº 13.696, denominada Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). Dentre os objetivos da PNLE destacam-se a democratização o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, o fomento à formação de mediadores de leitura e fortalecimento de ações de estímulo à leitura, a valorização da leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional, o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, o fortalecimento institucional das bibliotecas de acesso público além do incentivo à expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora (BRASIL, 2018).

O PNLE também preconiza o fortalecimento institucional das bibliotecas de acesso público, com a qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações, representando um importante avanço para o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas.

Perante o exposto, constatou-se que desde a criação do INL transcorreram-se 49 anos até a instituição da Lei Sarney, representando uma lacuna histórica no que tange à atuação do governo Federal brasileiro no que se refere à implementação de políticas públicas voltadas para as Biblioteca Públicas no Brasil. Já entre as décadas de 1980 e 1990, em um intervalo de 20 anos, foram implementadas cinco ações do Poder Público Federal em prol das Bibliotecas Públicas. Na década de 2000 essas políticas ganharam impulso, entende-se, graças à criação da Lei Federal nº 10.753 que instituiu a Política Nacional do Livro e da Leitura no Brasil.

Diante disso, retoma-se à questão central do presente estudo, no que se refere à produção científica sobre a atuação do Poder Público no que tange às políticas realizadas em prol das Bibliotecas Públicas. Esses estudos permitiram traçar um panorama de como o Governo Federal brasileiro vem tratando a referida temática em sua agenda governamental, bem como permitiu constatar o interesse de pesquisadores das áreas da Biblioteconomia e da CI sobre o tema.

3 METODOLOGIA

O presente estudo realizou uma análise dos dados presentes nas publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa. Para tanto foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, consistindo em “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis e em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p. 11).

Bardin (2011) descreve o processo de desenvolvimento de análise de conteúdo a partir dos seguintes procedimentos: pré-análise, leitura flutuante dos documentos, escolha dos documentos, formulação de hipóteses e objetivos, constituição do *corpus*, direções de análise, categorização dos assuntos e preparação do material para posterior exploração do mesmo.

O estudo se limitou à análise bibliométrica das publicações científicas disponíveis na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Library and Information Science Abstracts (LISA), Library and Information Science Abstracts (LISTA), Base PERI e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A escolha das referidas bases de dados deveu-se ao fato delas oferecerem acesso *online* a um conjunto da produção científica, composta por artigos de periódicos, livros, relatórios de pesquisa e *anais* de eventos. Desta forma, elas constituem importantes fontes de informação, refletindo a comunicação científica nos campos da CI, Biblioteconomia e áreas correlatas.

As buscas nas bases de dados compreenderam o período de 1º de janeiro de 1988 a 20 de novembro de 2018 e foi selecionado o idioma português. A partir do processo de leitura flutuante desses documentos, foi estabelecida a escolha das publicações suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado.

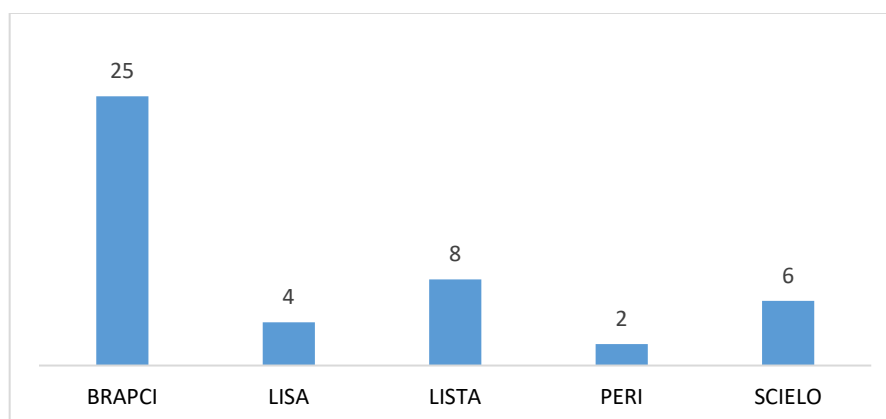
As bases de dados analisadas, com exceção das bases BRAPCI e PERI, foram acessadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a recuperação dos documentos, a partir de termos compostos, foi utilizado o operador booleano *aspas e*, para sintetizar as buscas pelos termos Biblioteca Pública e Bibliotecas Públicas, foi utilizado o asterisco. Foi selecionado para a busca o campo *todos*. As expressões utilizadas para a busca foram respectivamente, *Política* Pública** e *Biblioteca* Pública**.

4 RESULTADOS

Após as análises dos 295 resultados obtidos foram selecionadas 36 publicações, que compuseram o corpus da pesquisa. Esse quantitativo levou em consideração que na análise das publicações por base de dados houve 45 incidências de publicações, no entanto, houveram casos de mais de uma pesquisa publicada por base de dados. Após o corte de estudos publicados em mais de uma base de dados, chegou-se ao resultado de 36 estudos, que compuseram o *corpus* da presente pesquisa. O critério de corte para alocação das publicações com mais de uma incidência levou em consideração as bases de dados com maior número de publicações.

Para tanto, foi utilizada a regra da pertinência. No entendimento de Bardin (2011, p. 124), na regra da pertinência, “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponder ao objetivo que suscita a análise”. A seguir apresenta-se a distribuição das publicações por base de dados.

Gráfico 1- Distribuição das publicações por base de dados

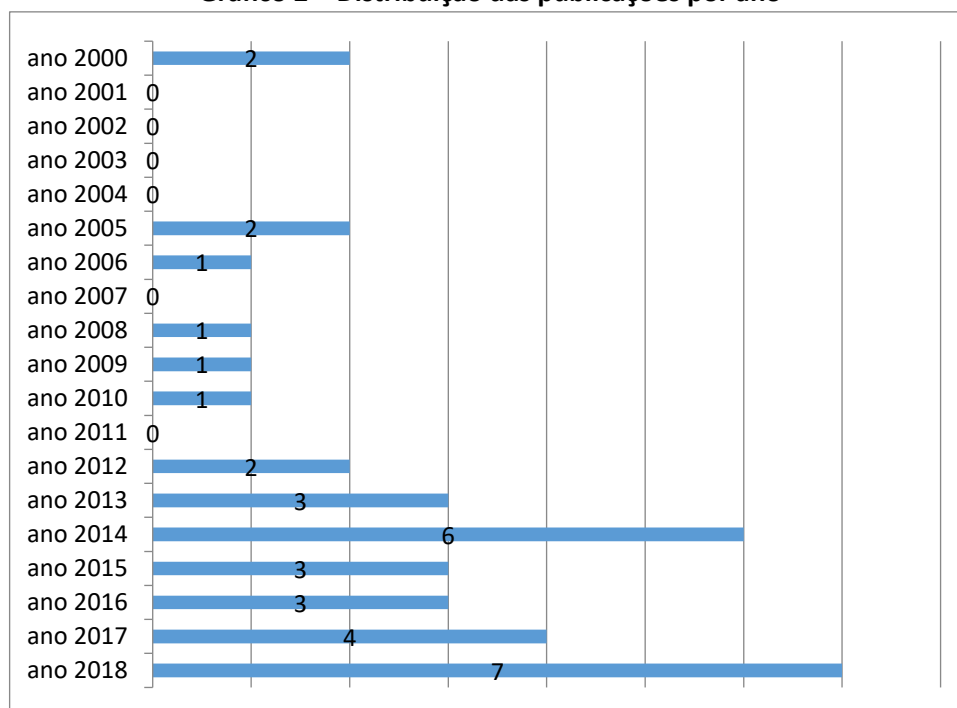


Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o Gráfico 1, a base de dados BRAPCI apresentou aproximadamente 45% das publicações. Esta concentração, entende-se, deve-se ao fato de BRAPCI ser voltada para a produção científica brasileira e apresentar um repertório significativo da produção científica do Brasil voltada para a CI.

A seguir as publicações que compuseram o corpus da pesquisa serão apresentadas segundo a sua distribuição por período.

Gráfico 2 – Distribuição das publicações por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme se verifica no Gráfico 2, não foram constatados estudos sobre as políticas públicas voltadas para as Biblioteca Públicas brasileiras entre os anos de 1988 e 2000.

O ano de 2014 apresentou um aumento de publicações de 200% em relação à média registrada entre os anos de 2000 e 2018.

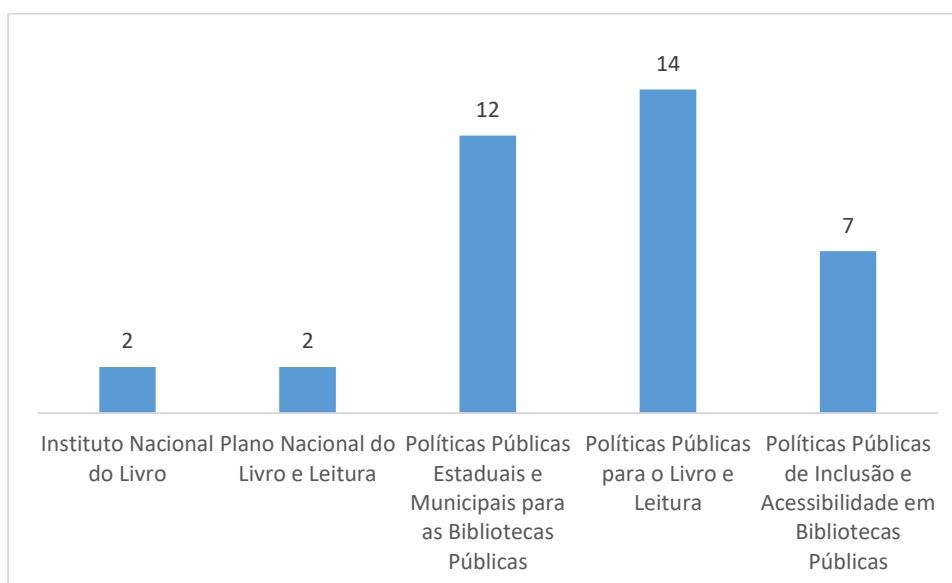
Este aumento coincide com a proximidade da implementação do PNLL em 2011, o que se entende poder ter contribuído para despertar o interesse de pesquisadores da área da Biblioteconomia e CI sobre as políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras.

Já os anos de 2017 e 2018 apresentaram um expressivo número de publicações. Este fato, entende-se, deve-se aos desdobramentos dos estudos realizados à época do PNLL bem como à implementação da PNLE em 2018.

A seguir as publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa serão apresentadas de acordo com a sua distribuição por categorias temáticas. Para a presente pesquisa, foram definidas as seguintes categorias: Instituto Nacional do Livro, Plano Nacional do Livro e Leitura, Políticas Públicas Estaduais e Municipais para as Bibliotecas Públicas, Políticas Públicas para o Livro e Leitura e Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

As categorias foram baseadas em políticas públicas que representaram importantes marcos na área das Bibliotecas Públicas, além de levar em consideração os temas inclusão e acessibilidade e as Políticas Públicas para o Livro e Leitura de maneira geral.

GRÁFICO 3 - Distribuição das publicações por categoria temática



Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de serem 36 publicações obtidas após o levantamento de dados, na divisão das mesmas por categoria temática constam 37 publicações. Essa diferença deve-se ao fato de a publicação Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil se enquadrar, respectivamente, nas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura.

A divisão por categoria temática das publicações foi determinada levando-se em consideração os princípios da homogeneidade e da pertinência. De acordo com Bardin (2011,

no princípio da homogeneidade um único princípio de classificação deve governar a sua organização. Em relação ao princípio da pertinência, Bardin (2011, p. 148) argumenta que “uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando ao quadro teórico definido”.

Em conformidade com o Gráfico 3 conclui-se que 72% das publicações se situam nas temáticas Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas e Políticas Públicas para o Livro e leitura, respectivamente com 12 e 14 publicações.

A baixa incidência de publicações que se enquadraram na categoria Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade, totalizando 19% das publicações extraídas das bases de dados analisadas após análise de conteúdo das mesmas, reflete como esta temática vem sendo tratada pelos pesquisadores da área, o que reforça o entendimento de que novos estudos se fazem necessários para que haja uma maior compreensão sobre o tema acessibilidade e inclusão social nas Bibliotecas Públicas.

Nesse sentido, Fonseca (2007) reforça o caráter social da Biblioteconomia, enfatizando a importância de uma biblioteca menos tecnicista e mais voltada para os leitores, como forma de promoção da cidadania, por meio de sua contribuição para a erradicação do analfabetismo.

Há também que se considerar que estudos realizados sobre temas relacionados às Bibliotecas Públicas representam um importante esforço para o desenvolvimento do caráter social da Biblioteconomia e da CI, uma vez que esses equipamentos culturais lidam diretamente com as comunidades nas quais estão inseridos, buscando atender às demandas e necessidades de informação e de leitura da população local.

Embora tenha um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação e o imperativo tecnológico a determina, como ocorre também em outros campos (SARACEVIC, 1996). Além disso, a CI vem sofrendo pressões externas, o que vem influenciando as agendas de pesquisa. De acordo com Saracevic (1996), o imperativo tecnológico vem apresentando ou mesmo forçando o desenvolvimento e aplicação de uma crescente gama de produtos e serviços de informação.

Dessa forma, entende-se como necessária uma maior reflexão sobre a produção científica sobre o tema políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras. Não obstante o diminuto número de publicações sobre essa temática, compreende-se que

questões como inclusão social e acessibilidade vêm sendo tratadas de maneira ainda mais reduzida, embora configurem-se como reflexões centrais a serem tratadas pela Biblioteconomia e pela CI uma vez que essas áreas do conhecimento possuem um forte caráter social, mesmo que o tecnológico ainda pareça ser o imperativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela pesquisa deveu-se ao entendimento de que as Bibliotecas Públicas são importantes recursos para a democratização da informação e da leitura, no sentido de contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Muito embora a Biblioteconomia e a CI apresentem grande potencial para atuar no desenvolvimento social, e não só em questões relacionadas ao seu caráter tecnológico, o estudo constatou que entre os anos de 1988 e 2018 temáticas de pesquisas relacionadas às políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras vem sendo tratadas com parcimônia por pesquisadores e estudiosos da área e, portanto, não configuram-se como uma abordagem recorrente na agenda de pesquisa dos cursos de pós graduação em Biblioteconomia e CI no Brasil, uma vez que parte considerável das pesquisas está voltada para o seu aspecto tecnicista.

Nesse sentido, entende-se como fundamental o desenvolvimento de novos estudos sobre as políticas públicas realizadas em prol das Bibliotecas Públicas brasileiras como forma oferecer contribuições que poderão auxiliar no desdobramento de novas pesquisas.

Além disso, esses estudos potencialmente poderão contribuir apresentando novas fontes de informações como forma de auxiliar gestores públicos no processo de tomada de decisão para alocação de recursos públicos bem como para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para estas instituições que abrigam a cultura e o saber.

Portanto, compreende-se que, com a atuação do Poder Público, as Bibliotecas Públicas brasileiras poderão ser fomentadas, proporcionando à comunidade o acesso a esse importante equipamento cultural, a partir do entendimento de que elas podem proporcionar imensos ganhos para a sociedade, sobretudo no que se refere à valorização das pessoas, com o compromisso de disseminar coletivamente a informação a leitura e a cultura, fatores determinantes para a formação de uma comunidade leitora e cidadã.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4ªed. Lisboa: Edições, v. 70, p. 1977, 2011.

BARROSO, Maria Alice. Instituto Nacional do Livro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1/3, p. 45-63, 1973.

BARROSO, Maria Alice. Instituto Nacional do Livro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1/3, p. 45-63, 1973. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/803>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de fundações e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 de novembro de 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 de maio de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Decreto n. 520. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm. Acesso em 28 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.696. Política Nacional de Leitura e Escrita. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em 29 nov. 2019.

FONSECA, Edson Nery. **Introdução à Biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/incid/article/view/42307>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca fora do tempo**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 251-251, 2008.

RAMOS, Marília Cossich. Marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil. 2017.

RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker. Vivaleitura: um chamado à ação em prol da leitura no Brasil. **Revista Desenredo**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/481>. Acesso em: 26 dez. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/Eduardo/Downloads/22308-Texto%20do%20artigo-65589-1-10-20200625.pdf>. Acesso em 14 mai. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, 2012.

SILVA, Eduardo Moreira da. (org.). **Participação e democratização das políticas públicas no Brasil**: conselhos e conferências, Belo Horizonte: UFMG, 2015.